

A SOCIOLOGIA COMO (PRÉ) TEXTO: APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS SOBRE O FAZER SOCIOLOGIA DA LITERATURA

Paula Santana – UFRPE¹

RESUMO: A proposta deste artigo é discutir as possibilidades teórico-metodológicas de aproximação entre a literatura e o seu contexto social, levando em consideração que as obras de ficção que surgem a todo o momento em diversas sociedades não estão apartadas do momento e da conjuntura nas quais esteja inserido o seu autor.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura, Metodologia, Sociologia.

ABSTRACT: The purpose of this article is to discuss the theoretical and methodological possibilities of rapprochement between literature and its social context, taking into account the works of fiction that arise all the time in different societies are not set apart the moment and the situation in which it is inserted its author.

KEYWORDS: Literature; Methodology, Sociology.

“Metodologias não garantem o ‘encontro’, o arranjo, a combinação e a interpretação. São apenas um caminho” (HISSA, 2002, p. 161). Sem dúvida, estas se configuram como um caminho possível, dentre inúmeras escolhas. Aproveitando o mote lançado por Hissa, o presente artigo tem por objetivo discorrer sobre as veredas teórico-metodológicas escolhidas para orientar a minha travessia pela Sociologia da Literatura.

A proposta aqui é discutir as possibilidades teórico-metodológicas de aproximação entre a literatura e o seu contexto social, levando em consideração que as obras de ficção que surgem a todo o momento em diversas sociedades não estão apartadas do momento e da conjuntura nas quais esteja inserido o seu autor. Candido (2004), sociólogo e crítico literário, afirma que o escritor também é histórico, pois

¹ Doutoranda em Sociologia pela UFPE. Professora da UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco), Unidade acadêmica de Serra Talhada – PE, Brasil. paulamssantana@gmail.com

compartilha com o leitor todo um mundo, feito de valores, costumes, sensibilidades e saberes.

O texto seria, assim, como um intermediário que permite o contato entre o autor e o leitor. Diante disto, o arcabouço da sociologia emerge como uma possibilidade deveras interessante de apreensão e análise de textos literários. Todavia, esse potencial de interlocução entre a sociologia e os estudos literários encontram limites nas particularidades do fazer artístico, uma vez que, mesmo influenciada pela sociedade e o momento histórico vivenciado, a obra é resultado do trabalho estético do autor, de sua subjetividade individual e, portanto, única. Assim, esta acaba sendo impregnada pela forma como o autor vê o mundo.

Ao focar predominantemente as relações sociais derivadas da arte como fator de convivência, a sociologia (por muitas vezes) negligencia a questão da forma, fator relevante, uma vez que intrínseco à arte. Por outro lado, no campo dos estudos literários, as abordagens de obras de ficção, grosso modo, se dão a partir de suas internalidades, numa perspectiva da arte pela arte. Surge uma das dificuldades de caracterização de um campo de estudos interdisciplinares, curiosamente já anunciado no título de inúmeros trabalhos, como problemas de sociologia da arte. Tais percalços parecem ainda persistir como um terreno pantanoso no campo das metodologias em ambas as áreas. Mediante isto, este artigo propõe problematizar a perspectiva das mediações (compreendido aqui como um instrumento metodológico que possibilita a apreensão das correspondências entre o espaço da ficção e o espaço social que lhe deu origem), sublinhada por Williams (1979), no intuito de realçar o potencial dialógico entre texto literário e contexto social, a partir de um olhar de síntese entre conteúdo e forma.

O mote é lançar luz sobre uma ciência social empírica interdisciplinar, com o alargamento de quadros teóricos que deixem margem a empréstimos de outras áreas do saber. Seguindo tal percurso, interessa-me dar conta de um discurso analítico que combine diferentes enfoques, entrelaçando uma sociologia da literatura com os estudos culturais e pós-coloniais. O objetivo primordial deste trabalho é menos seguir, comprovar ou defender uma posição teórica predefinida, menos ainda proclamar verdades, do que tentar um diálogo entre texto e contexto social, a partir de uma leitura que parte de múltiplos ângulos que interagem numa dinâmica de contribuição constante.

Sendo assim, as contribuições de Bakhtin (1999) ao exame dos textos e

discursos configuram-se como um aporte metodológico fundamental. Ao contrário do caminho empreendido pelos estudos linguísticos, que tomaram a língua por objeto e começaram pela busca de unidades mínimas ou de unidades até a dimensão da frase, Bakhtin (1999) afirma que a especialidade das Ciências Humanas está no fato de que seu objeto é o texto (ou discurso). Em outras palavras, as ciências humanas voltam-se para o ser humano, mas o ser humano como produtor de textos que se apresenta aí (BARROS, 2007, p. 22). Desta maneira, Bakhtin (1999) aponta duas diferentes concepções do princípio dialógico, que convergem e colaboram para a utilização da análise do discurso como uma metodologia bastante profícua no campo da sociologia da literatura.

Para Barros (2007), as duas concepções do processo dialógico, a saber, o diálogo entre interlocutores e o diálogo entre discursos apontam que, para Bakhtin, nas ciências humanas tanto o objeto quanto o método são dialógicos. Quanto ao objeto o texto se define como:

a) objeto significativo ou de significação, isto é, o texto significa (...); b) produto da criação ideológica ou de uma forma de enunciação, com tudo o que está aí subentendido: contexto histórico, social, cultural e etc. Em outras palavras, o texto não existe fora da sociedade, só existe nela e para ela e não pode ser reduzido à sua materialidade linguística (empirismo objetivo) ou dissolvido nos estados psíquicos daqueles que o produzem ou o interpretam (empirismo subjetivo); c) dialógico: já como consequência das duas características anteriores, o texto é constitutivamente dialógico; define-se pelo diálogo entre os interlocutores e pelo diálogo com outros textos (da situação, da enunciação) e só assim, dialogicamente, constrói-se a significação; d) único, não reproduzível: os traços mencionados fazem do texto um objeto único, não reiterável ou repetível (BARROS, 2007, p. 23).

Neste sentido, deve-se observar, num primeiro momento, que se a concepção de linguagem para Bakhtin (1999) é dialógica, se a ciência humana tem método e objeto dialógicos, também suas ideias sobre o ser humano e a vida são marcadas pelo princípio dialógico. A alteridade define o ser humano, uma vez que o outro é imprescindível para sua concepção. É impossível pensar no indivíduo alijado de suas relações com o outro.

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1999), o autor russo trata dessa questão e adentra no campo dos estudos que hoje se desenvolvem sobre a interação verbal entre sujeitos e a intersubjetividade. Seu ponto de partida é a sua opção pelo “social”, na oposição entre social e individual. Para Barros (2007), é neste instante

que surgem alguns aspectos importantes do *dialogismo entre interlocutores*. Um desses aspectos, refere-se à ideia da interação entre os interlocutores como fundante da linguagem. Deste modo, a intersubjetividade seria anterior à subjetividade, porque a relação entre os interlocutores não apenas funda a linguagem e dá sentido ao texto, mas também constrói os próprios sujeitos produtores do texto. Para Bakhtin (1999), o sujeito é social, caracterizado por pertencer a uma classe social em que dialogam diferentes discursos da sociedade. Nota-se, ainda, que se cruzam aí as duas definições de dialogismo: a de diálogo entre interlocutores e a de diálogo entre discursos. O dialogismo interacional de Bakhtin desloca o conceito de sujeito, que perde o papel de centro ao ser substituído por diferentes vozes sociais que fazem dele um sujeito histórico e ideológico (BARROS, 2007, p. 27).

Neste sentido, pode-se afirmar que o autor considera o dialogismo o princípio constitutivo da linguagem e a condição do sentido do discurso. Insiste no fato de que o discurso não é individual, pois se constrói entre pelo menos dois interlocutores que, por sua vez, são seres sociais; não é individual porque se constrói como um diálogo entre discursos, ou seja, porque mantém relações com outros discursos. Desta maneira, Bakhtin aponta no enunciado-discurso dois aspectos: o que vem da língua e o que vem do contexto, ou, em outras palavras, concebe o texto como produto de uma enunciação ou de um contexto histórico, social, cultural e etc. Conciliam-se, assim, nos escritos de Bakhtin, as abordagens ditas “externas” e “internas” e recupera-se, no texto, seu estatuto pleno de objeto linguístico-discursivo, social e histórico (BARROS, 2007, p.31). O autor critica as análises parciais tanto do “ideologismo estreito”, quanto do formalismo limitado².

Partindo das noções de dialogismo e polifonia³ propostas por Bakhtin (1999), é possível analisar elementos representativos de obras literárias a fim de verificar como se dá a apreensão do discurso de outrem e se o texto pode ser considerado polifônico ou não, buscando no discurso as formas de expressão da fragmentação das personagens e da vida cotidiana. Segundo Bakhtin, a língua é o palco de conflitos sociais, saturando-se, assim, de ideologias e significados. Tendo em vista isto, a proposta deste autor será de grande valia para o tratamento dos textos literários no

² TODOROV, 1981, p. 37 e 58.

³ Dialogismo e polifonia são conceitos que muitas vezes aparecem como sinônimos nos escritos de Bakhtin. Todavia, para Barros (2007) o termo dialogismo dá conta do princípio dialógico constitutivo da linguagem e de todo o discurso, enquanto polifonia serviria para caracterizar um certo tipo de texto, aquele em que o dialogismo se deixa ver, aquele em que são percebidas muitas vozes, por oposição aos textos monofônicos que escondem os diálogos que os constituem.

campo da Sociologia da Literatura, uma vez que a língua e a linguagem caracterizam-se como a convergência de forças sócio-ideológicas tanto internas quanto externas à obra.

Neste sentido, sinalizo para uma importante ressalva de Williams (1979), que afirma a relevância da noção de mediação neste processo. Segundo o autor, a ideia de mediação problematiza a teoria do reflexo, visto que pretende expressar um processo mais ativo. Isto implica afirmar que a realidade social não é simplesmente refletida na arte, pois passaria por um processo que altera seu conteúdo original. Deste modo, é necessário atentar que a linguagem e a significação são esferas indissociáveis do processo social e estão relacionadas intrinsecamente à produção e reprodução da vida material.

É importante frisar que a ideia de mediação opõe-se à perspectiva homológica engendrada por Bourdieu (1996), que, por um lado, sugere a existência de uma forte correspondência, ou homologia, entre o lugar do artista no campo e suas respectivas atividades artísticas, de modo que o primeiro governa as segundas através da intermediação do *habitus*. Para este autor, a tarefa de uma ciência da arte é, pois, tornar claro estes intercâmbios entre duas estruturas, a saber: a estrutura das relações objetivas no campo da produção artística e a estrutura das relações objetivas entre as tomadas de posição no espaço das obras. Seguindo uma perspectiva diferenciada, Williams (1992) busca uma interpretação alimentada pela noção de mediação como um processo dinâmico, que aponta, deste modo, para o reconhecimento de diferenças e contradições estruturais, procurando não cair num modo de equivalência homológica. O desafio da mediação é dar relevo a uma perspectiva sobre cultura que permita extrapolar também a posição idealista que, por sua vez, vê na obra de arte um universo autônomo que deve ser estudado em si.

Nesta senda, Antonio Candido (2006) situa, no núcleo de sua reflexão, as relações das formas literárias com os processos sociais e atesta que a obra de arte é social em dois sentidos, pois depende da ação de fatores do meio social que ganham relevo no objeto artístico em diferentes graus de sublimação, bem como produz sobre os indivíduos um efeito prático, alterando a sua conduta e visão de mundo ou reiterando neles o sentimento dos valores sociais.

Tendo por base uma compreensão da obra literária como um organismo que permite, no seu estudo, ressaltar e diversificar o jogo de fatores que a condicionam e a motivam, Candido ventila que a distinção radical entre as atribuições e o modo de

enxergar da crítica literária e da sociologia da literatura não é mais possível. Para o autor, só se pode compreender uma obra literária da seguinte maneira:

(...) fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo (p. 14).

No tocante à sociologia contemporânea, o autor sofisticava o debate e afirma que no instante em que a sociologia se alija das posições estabelecidas no século XIX, quando estava na fase das grandes generalizações sistemáticas (que levavam a conceber um condicionamento global da obra ou da personalidade literária sem a orientação estética necessariamente assumida pela crítica), esta passa a compreender a literatura não como espelho do mundo social, mas parte complementar desse mundo. Desta maneira, a relação entre ficção e realidade empírica, entre texto e contexto, suas fronteiras e feições, suas inter-relações e processos de constituição, são aspectos importantes que devem ser iluminados pelo sociólogo. Não obstante, Candido (2006) resguarda a legitimidade das abordagens sociológicas que se detêm somente às questões externas, como por exemplo, a pesquisa sobre a voga de um livro, preferências estatísticas por um gênero, a relação entre obras e ideias, influência da organização social, econômica, política etc.

Diante da querela acima, nota-se claramente que o debate sobre espaços temporais relacionados à política, história e contexto social e cultural também fora assimilado pela teoria literária. O híbrido carrega as marcas do poder, mas também as marcas da resistência. Os estudos pós-coloniais têm por objeto, portanto, às manifestações culturais, entre elas a expressão literária das nações que conquistaram sua independência após um longo período de dominação política e cultural. Interessante perceber que, a partir do uso cunhado por Bhabha, os conceitos de “hibridismo” (e hibridação) se generalizam nos estudos pós-coloniais, ainda que ganhem em vários autores matizes distintos. Para além destas diferenças, o conceito permite operar dois movimentos fundamentais. O primeiro é desconstrutivista: ao revelar o ranço híbrido de toda construção cultural, busca-se desmontar a possibilidade de um lugar de enunciação homogêneo, de modo que toda pretensão de homogeneidade seja sempre hierarquizadora. O segundo movimento é normativo: o hibridismo defende uma posição global cosmopolita. Trata-se de uma referência cultural e de um universo social híbridos, acima de barreiras raciais, nacionais, étnicas

(Bhabha, 2005, p. 38).

Levando em conta o universo atual, em que novas temporalidades e espacialidades propiciam cada vez mais confusão entre tradição e modernidade, entre o público e o privado, entre o alto e o baixo, a experiência afetiva da marginalidade social – como ela emerge em formas culturais não canônicas – transforma sensivelmente as estratégias críticas. Desta maneira, o conceito de cultura deve ser encarado como exterior aos objetos de arte ou para além da canonização subjacente a “ideia” de estética, para, assim, lidar com a cultura como produção irregular e incompleta de sentido e de valor, frequentemente composta de demandas e práticas incomensuráveis, produzidas no ato de sobrevivência social (BHABHA, 2005, p. 240).

Dentre as inúmeras teorias que se dedicam a pensar as questões contemporâneas, um corpo de estudos se destaca particularmente quando nos voltamos para o contexto social periférico: os estudos pós-coloniais, em seu empreendimento de contestação da dominação colonial e dos legados do colonialismo. Pois se há um conceito necessário a partir do qual devemos interpelar as manifestações culturais da África, da América Latina e de alguns países asiáticos, este certamente é o conceito de pós-colonial⁴. Embora seja extremamente amplo e polissêmico, ele permite enxergar as profundas implicações históricas, políticas e culturais da questão que traz ao debate. A partir dessas primeiras formulações teóricas sobre o poder da representação colonial, o conceito se alarga para significar uma ampla gama de experiências políticas, culturais e subjetivas, que se deslocam no tempo (pré e pós-colonial) e se situam em diferentes lugares. Há hoje uma pluralidade muito heterogênea de posições subjetivas, lugares geográficos, pontos de vista teóricos e políticos e empreendimentos críticos, a partir dos quais o pós-colonial pode ser pensado. Se a heterogeneidade do conceito se mostra como um risco sempre presente de suscitar divergências incontornáveis, por outro lado, torna mais rico o seu debate e aviva seu potencial epistemológico e político. A definição de Boaventura de Sousa Santos (2004) torna mais claro este potencial. Para o autor, o pós-colonialismo consiste num conjunto de correntes teóricas “que têm em comum darem primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação ou na

⁴ Embora seja fácil imaginar a viagem “pós-colonial” para os países do Terceiro Mundo, é significativo que o termo não seja muito corrente nos círculos intelectuais em África, do Oriente Médio e da América Latina, a não ser no sentido histórico restrito do período imediatamente após o fim do jugo colonial. Para mais informações ver Shohat e Stam, 2006, p. 37, 40, 55 e 73.

compreensão do mundo contemporâneo” (2004, p. 8). Essas relações desiguais, sendo fruto do colonialismo enquanto projeto político central do Ocidente moderno, permanecem como rastro de tensões nos campos de poder e saber (HALL, 2003, p. 119), que persistem muito além do fim do colonialismo como instituição política.

Assim, o pós-colonial, saltando sobre o limite cronológico estreito (segundo o qual estaria preso ao prefixo “pós”, que rigorosamente lhe assinalaria o significado exclusivo daquilo que vem “depois” da colonização), pode ser compreendido, de maneira mais ampla, como uma arena, onde os diferentes elementos das culturas estabelecem entre si relações de poder, tal como podemos depreender da formulação de Stuart Hall: “Os momentos de independência e pós-colonial, nos quais as histórias imperiais continuam a ser vivamente retrabalhadas, são necessariamente, portanto, momentos de luta cultural, de revisão e de reapropriação” (HALL, 2003, p. 34).

Ao pensar o pós-colonial dentro de uma espécie de programa de contestação e releitura crítica do legado cultural do colonialismo, surgem as ideias de Jorge de Alva (*apud* LOOMBA, 1998, p. 12), para quem o pós-colonialismo deve significar não tanto uma subjetividade “depois” da experiência colonial, mas uma subjetividade em oposição aos discursos e práticas imperializantes e colonizadoras. Tal proposição se baseia no pressuposto de que não há uma progressão histórica linear, mas uma multiplicidade de narrativas paralelas e muitas vezes em conflito. No mesmo sentido, Ania Loomba (1998, p. 18-19) observa que o pós-colonialismo se dedica a investigar como ambos os lados da relação colonial, a metrópole e a colônia, sofreram profundas alterações através do processo colonial, embora isso não signifique que eles viveram essa experiência da mesma maneira. O que se pode entender de sua afirmação é que o pós-colonialismo é, necessariamente, relacional, mas não se devem obscurecer, através dessa racionalidade, as profundas desigualdades que nele estão implicadas. Desta maneira, pensar estas perspectivas teórico-metodológicas para o campo da Sociologia da Literatura, uma vez que possibilita uma reflexão cuidadosa da episteme do cânone tanto na literatura, quanto na teoria literária e na sociologia.

Diante disto, a abertura dada à linguagem no *métier* das Ciências Humanas após a “virada linguística”, possibilita a inserção de outras áreas do saber entre os estudos sociológicos sem grandes tensões. Esta guinada teórica e epistemológica na seara da pesquisa qualitativa, não apenas alarga o leque de possibilidades do pesquisador, mas também suscita o surgimento de novas problemáticas, que precisam ser mobilizadas constantemente no processo de pesquisa e são a algumas destas

questões que este artigo procurou se reportar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG/Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BARROS, Diana Luz Pessoa. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: FARACO, Alberto; Tezza, CRISTOVÃO & CASTRO, Gilberto de. *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte: Gênese e Estrutura do Campo Literário*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- CANDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- HISSA, Carlos Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- LOOMBA, Ania. *Colonialism/Postcolonialism*. London and New York: Ed. Routledge, 1998.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e outro*. Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Coimbra, de 16 a 18 de setembro de 2004. Disponível em: www.ces.uc.pt. Acessado em 12/12/2004.
- STAM, Robert & SHOHAT, Ella. *Crítica da imagem eurocêntrica*. Tradução de Marcos Soares. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.